



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**FRANCISCO JORGE CANTCHUNGO CÓ**

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: caminhos para a inclusão**

**REDENÇÃO – CE**

**2017**

**FRANCISCO JORGE CANTCHUNGO CÓ**

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: caminhos para a inclusão**

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto das Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andrea Yumi  
Sugishita Kanikadan

**REDENÇÃO – CE**

**2017**

**FRANCISCO JORGE CANTCHUNGO CÓ**

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: caminhos para a inclusão**

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto das Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública.

Aprovado em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan (Orientadora)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Pedro Rosas Magrini  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Meus pais.

Meu tio.

Minha avó que descansou no outro canto da terra.

Aos meus amigos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a professora Andrea Yumi Sugishita Kanikadan por ter sido orientadora deste trabalho na qual trabalhamos juntos e ao encorajamento dado, a ajuda e atenção que me dispensou ao longo da elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e todos os profissionais integrantes do curso da Administração Pública da Unilab, aos meus pais pelo amor e incentivo durante a caminhada da procura do curso de nível superior no exterior e a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação. Agradeço profs. Dr<sup>a</sup>. Ricardinho Dumas Teixeira, Artemisa Odila Monteiro Cande, Ricardo Ossagô Junior Carvalho, Mario Biague, Marilia Domingos e demais amigos: Madílio Preia, Salgado Bideta Ié, Sanha João Correia, Bonito da Silva, Bibliotecário em pessoa de Mayara Gonçalves da Silva Barbosa, Instituto Humanidades e Letras por carinhos recebidos, Maurílio Machado Lima Júnior, Antonia Leiliane Pontes Pereira e Priscila Luz Abraão, Fabio Paulino e os que não foram mencionados pelo apoio dado com as sugestões de materiais para elaboração deste trabalho. Agradeço por ter rompido as barreiras traçadas ao longo da minha caminhada, isso é parte da vida humana, ou seja, da nossa aprendizagem, por isso a necessidade de ser forte para se alcançar os objetivos propostos e encarar os desafios colocados em qualquer circunstância.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender o sistema educativo na Guiné – Bissau, em diferentes níveis de funcionamento: Ensino pré-escolar, Ensino básico, Ensino Secundário e Superior, buscando analisar o ensino superior na sua forma geral e compreender as relações entre a estruturação do sistema e funcionamentos do ensino superior culminantes no país. O estudo tem como objetivo analisar a estrutura educacional do sistema adotado pelo estado guineense em seu modelo herdado do regime colonial, entender as ações do governo para o ensino superior no que tange a construção do seu próprio ensino superior. A metodologia utilizada durante o trabalho é o referencial teórico e entrevistas que envolvem uma análise dos dados baseado a pesquisa de campo, através das entrevistas semiestruturadas, feitas pelos estudantes guineenses na Unilab. Na Guiné-Bissau a principal ferramenta para o desenvolvimento local, neste sentido merece ser uma expressão da democracia que serão capazes de criar cidadania por diversas aéreas de saberes e analisando de forma geral o mundo que estamos inseridos, por ela deve ser prioritária pelo estado guineense como fator que fortalece o pensamento do indivíduo rumo ao desenvolvimento, porque populações inovam coisas de acordo com a demanda da sociedade Utiliza-se a pesquisa qualitativa exploratória para explicar um determinado acontecimento.

**Palavras Chave:** Guiné-Bissau; Políticas públicas educacionais; Educação.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to understand the education system in Guinea - Bissau, at its different levels of functioning: Pre-school education, Basic education, Secondary and Higher Education, It seeks to analyze the higher education in its general form and to understand the relationships between the structuring of the system and higher education in the country. The study aims to analyze the educational structure of the system adopted by the Guinean state in its model inherited from the colonial regime; it also seeks to understand the actions of the government for higher education in the construction of its own higher education. The methodology used during the work is the theoretical reference and interviews that involve a data analysis based on the field research, through the semi-structured interviews, made to Guinean students at Unilab. In Guinea-Bissau education is the main tool for local development, in this sense it deserves to be an expression of democracy that will be able to create citizenship through various areas of knowledge and analyzing in a general way the world that inserted states, it should be given priority by the Guinean state as a factor that strengthens the individual's thinking towards development, because populations innovate things according to the demand of society. Exploratory qualitative research is used to explain a given event.

**Key - words:** Guiné-Bissau; Public Educational Policies; Education.

## LISTA DE SIGLAS

*CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental*

*CENFA – Centro de Formação Administrativa*

EBE – Ensino Básico Elementar

EBC – Ensino Básico Complementar

FDB - Faculdade de Direito de Bissau

*MICS – Programa Internacional de Inquéritos*

ONGs – Organizações Não Governamentais

*PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

*UAC – Universidade Amílcar Cabral*

*UCB – Universidade Colinas de Boé*

ULG Universidade Lusófona da Guiné - -Bissau

ESSE - Escola Superior da Educação

INEP – Instituto de Estudos e Pesquisa

ENEFD -Escola Nacional de Educação Física e Desportos

FCFA - Franco de Comunidade Financeira Africana

LEISC - Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica

OMS - Organização Mundial de Saúde

(GNF) – O franco guineense



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - 01 Universidade Amílcar Cabral-----	33
Figura 02 - 02 Universidade Jean Piaget-----	34
Figura 03-Comparações dos professores em termos salariais em funcionamentos das duas Universidades diferentes por categorias UAC e ULG-----	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Distribuição de crianças em escolas privadas pré-escolar por Região em Guiné – Bissau-----	18
Tabela 02- distribuições de liceus públicos por regiões guineenses -----	24
Tabela 03- Tabela 03 Comparações dos professores em termos salarias em funcionamentos das duas universidades diferentes por categorias UAC e ULG-----	32

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1.1 METODOLOGIA</b>	14
<b>1.2 REVISÃO DA LITERATURA</b>	16
<b>1.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM GUINÉ-BISSAU</b>	17
<b>1.5 HISTÓRIAS DA GUINÉ-BISSAU</b>	17
<b>2 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU</b>	18
<b>2.1 PRÉ-ESCOLARES NA GUINÉ</b>	18
<b>2.2 ENSINOS BÁSICOS</b>	20
<b>2.3 AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS</b>	21
<b>2.4 ENSINOS SECUNDÁRIOS</b>	25
<b>2.5 HISTORIAL DE CRIAÇÃO DE UMA CAPACIDADE NACIONAL DE FORMAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO</b>	29
<b>2.5.1 CRIAÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE</b>	30
<b>4 AS DIFICULDADES DOS ESTUDANTES GUINEENSES NAS UNIVERSIDADES</b>	42
<b>4.1 PESQUISAS DE CAMPO</b>	42
<b>4.1.1 GRAUS DA SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ – BISSAU</b>	43
<b>4.1.2 A DEMORA NA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO PAÍS</b>	45
<b>4.1.3 PADRÕES DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE</b>	45
<b>4.1.4 ÍNDICES DO ANALFABETISMO</b>	46
<b>4.1.5 FUNCIONAMENTOS DO SISTEMA EDUCACIONAL</b>	46
<b>4.1.7 EDUCAÇÃO COMO ÚNICO DESENVOLVIMENTO</b>	48
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	49
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	52

## 1. INTRODUÇÃO

“Atualmente, a importância da educação no processo de desenvolvimento de um país e dos povos em geral, é reconhecida cada vez mais tanto pelos acadêmicos como pelos formuladores das políticas públicas” (BARRETO, p. falta pagina 2012).

O sistema educacional na Guiné-Bissau não leva em consideração o cumprimento das suas metas e objetivos propostos com base na qualidade e resultados apresentados, com a falta de meios financeiros e materiais no país para transmitir aos que não têm conhecimento nessa área tão importante para a formação dos futuros quadros qualificados, pois servirá como fator de desenvolvimento da economia guineense.

As políticas públicas representam tomadas de decisões da esfera pública que dizem respeito à comunidade em geral em diferentes áreas, e podem auxiliar nos objetivos de desenvolvimento da economia do país. O funcionamento do sistema educativo na Guiné-Bissau, na maioria das vezes, não está claro para as pessoas devido a falta de conhecimento, entendimento e informação. Assim, foi isso o que me motivou a escolha desse tema, a fim de compreendê-la de uma maneira, mais completa no âmbito da área pública no país, e levar a sociedade meu entendimento sobre o tema após a pesquisa.

O estudo torna-se importante para a sociedade guineense, porque na faixa etária infantil há carência ao acesso escolar, devido à impossibilidade econômica ou impedimentos dos pais na educação. A concepção dos pais e encarregados da Educação, muitas das vezes não estimula o acesso à escola para seus filhos, pois com a falta da visão futura que a escola poderá trazer algumas oportunidades ao país posteriormente. Outro fator importante é a disparidade democrática na existência das escolas em aspectos regionais. Por exemplo, algumas escolas não tinham teto (falta das coberturas), o que levou alguns pais ou encarregados a não deixarem seus filhos integrarem o sistema.

Outra questão crítica foi às próprias crianças que não aceitaram aderir ao sistema por decisão própria, embora todos tenham direito a escola na perspectiva do estado. As políticas públicas educativas compreendem as tomadas de decisões do governo que influenciam diversas áreas.

Este trabalho tem como objetivo geral descrever o sistema educacional adotado pelo Estado guineense por um modelo herdado pelo regime colonial, considerando os diferentes níveis de ensino: ensino pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e superior. Como objetivos específicos pretende-se conhecer a percepção dos estudantes guineenses da Unilab ao sistema Educacional superior de seu país; contribuir com a reflexão de como o país pode

promover a inclusão educacional. Este trabalho está dividido em três seções, a primeira é o funcionamento do sistema educativo da Guiné-Bissau; a segunda o sistema Universitário na Guiné-Bissau e a terceira as dificuldades dos estudantes guineenses nas universidades. Mais será desenvolvidas em seguida.

## 1.1 METODOLOGIA

A Metodologia é o caminho percorrido para chegar a um determinado objetivo, ou seja, são conjuntos de metodologias científicas mais adequados para a pesquisa, é um modelo utilizado para auxiliar uma investigação da verdade a fim de alcançar um determinado resultado.

O trabalho está desenvolvido com base da pesquisa denominada de qualitativa. “A pesquisa qualitativa é entendida, por alguns autores, como uma “expressão genérica”. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas” (OLIVEIRA, 2011, p.24).

Utiliza-se a pesquisa qualitativa exploratória para explicar um determinado acontecimento. Pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que tem seu principal foco no caráter subjetivo do objeto analisado, sendo que se utilizando a técnica de entrevista, podem-se obter com os entrevistados suas próprias ideias baseadas em suas experiências individuais. A pesquisa exploratória permite-nos compreender de forma melhor o problema em questão. Para Gil, (2008, p.27), “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”

O levantamento de dados será realizado em duas etapas. A primeira trata-se de uma pesquisa bibliográfica. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza” (GIL, 2002, p.44). Tendo pesquisas são desenvolvidas na base de fontes bibliográficas

A segunda etapa refere-se a pesquisa de campo. Sendo a própria pesquisa é procurar as informações e conhecimento relacionado com o tema da pesquisa ou, seja, objetivo do estudo, por isso não se deve ser enganada com a coleta de dados, a qual busca explicar os instrumentos que serão usados no campo durante a sua realização. Essa etapa da metodologia científica de pesquisa é composta por uma análise de coleta de dados, analisando e interpretando os acontecimentos e sentidos da ocorrência no campo como seu estudo da pesquisa.

A técnica utilizada é a entrevista. As quais se envolvem uma análise dos dados baseado no referencial teórico da pesquisa. Realizamos entrevistas semiestruturadas com doze estudantes guineenses da Unilab, sendo nove homens e três mulheres, de certa forma os

questionários foram aplicados de modo iguais para ambos os sexos, infelizmente não houve uma resposta satisfatória por parte das meninas. Os dados obtidos trouxeram diferentes pontos de vista no que diz respeito ao entendimento das políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau, o trabalho de campo é percebido como uma das atividades de investigação e de coletas dos dados pela forma da exploração, independentemente do que ocorre fora do ambiente escolar, são aceitos por partes dos estudantes para obter um trabalho melhor que vai comprovando seus análises teóricos.

## 1.2 REVISÃO DA LITERATURA

É importante para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos. Também vale dizer que é a seção que usamos para apresentar o nosso referencial teórico e as outras pesquisas importantes para o assunto estudado.

## 1.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Políticas educacionais nada é uma denominação por conjuntos de planos ou ações planejados e ao mesmo tempo implementados por um governo na área da Educação levando em consideração aos objetivos comuns de formação dos indivíduos para a sociedade em geral.

Azevedo (2003, p. 38) apud Oliveira, (s/d, p.2) define que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Entende-se política pública como os conjuntos de programas, atos e trabalhos desenvolvidos pelo governo de forma direta ou indiretamente, com participação do órgão pública ou privada, que objetiva estabelecer segurança ao direito da cidadania para o bem social e do país em geral, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas podem ser enquadradas em dois termos essenciais ou sentidos diferentes: No sentido político, a política pública é um processo de tomada de decisão, no qual se envolvem grupos de interesses entre atores políticos, neste contexto o estado é quem decide o que faz ou deixa de fazer. No sentido administrativo, políticas públicas são vários conjuntos de ações, projetos, programas e atividades feitas pelo próprio estado ou governo.

Dentro de política pública existem “políticas governamentais, aquelas políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre as políticas governamentais, estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário” (SECCHI, 2012, p.3). As políticas governamentais dividem-se por vários grupos de interesse dentro das políticas públicas.

“A essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública a sua intervenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal” (SECCHI, 2012, p.3).

Política é diferente de política pública, todas as pessoas estão envolvidas na política, porque há participação do povo em busca das melhorias. Política de qualidade, por exemplo,



usar as reclamações e opiniões sobre clientes como maior força de melhoria das atividades prestada por um órgão. Já política pública são ações definidas pelo governo ou estado, mas sem deixar de lado a sociedade opinar sobre os interesses de todos.

Políticas públicas educacionais são aquelas políticas que são realizadas ou não realizadas pelo governo na área da educação (OLIVEIRA s/d.). Percebem-se Políticas públicas educacionais como o conjunto das atividades relacionadas no contexto da escola. Nesse sentido, é bom lembrar que a educação é muito além do ambiente escolar, porque desenvolvem o que a sociedade apreende, na conjuntura familiar, vizinhanças, centros religiosos, na rua etc.; a educação é possível quando é fruto de políticas públicas. Do ponto de vista educacional, as políticas visam atender as demandas sociais, sendo que são muitas demandas: aumento de vagas de estudo, construção de escolas, desenvolvimento formal etc. O estado deve repensar a educação por outros modelos para garantir a inclusão do cidadão.

“Políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que tem incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (OLIVEIRA, s/d). O estado não é o único articulador da política pública, mas sim articula junto com a sociedade para a resolução de problemas para o bem da coletividade.

Ao referido à cima, as políticas educacionais representam via de desenvolvimento para qualquer que seja país, desenvolvendo as competências em busca das conquistas e mudança social, ou seja, buscando descentralizar redes escolares para todas as regiões ou municípios, sem desigualdade de gênero e inclusão social, porque todos os cidadãos guineenses têm o mesmo direito no sistema oferecido no país. A inclusão visa interesses educacionais de forma especial que permite acesso a Educação com a permanência dos alunos deficientes nas escolas, tudo isso se contribua para o atendimento de forma especial para a formação dos professores e da própria a instituição.

#### **1.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM GUINÉ-BISSAU**

#### **1.5 HISTÓRIAS DA GUINÉ-BISSAU**

A República da Guiné – Bissau fica localizada na costa ocidental da África, ao norte faz fronteira com Senegal e Leste e Sul são partilhados com República de Guiné – Conakry e a oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. O país tem superfície total de 36.125 km<sup>2</sup> e mais do que milum mil habitantes, contadas com grandes riquezas e diversidades naturais e culturais. Vivem de forma pacífica, há cerca de trinta etnias, onde todas as umas dessas etnias têm seus

modos de exploração em particular com diversidades; cada um desses grupos étnicos tem suas comidas típicas. O país conta com oitenta e oito ilhas, oito regiões e setor autônomo de Bissau, sendo que 48 ilhas são povoadas e o restante não é povoado, a língua oficial é o português, contando também com diferentes línguas étnicas sendo a língua crioula é considerada como a língua da intermediação.

## **2 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU**

O sistema educativo da Guiné-Bissau estrutura-se em quatro níveis de ensino: (i) ensino pré-escolar; atende as crianças de 36 aos 59 meses; (ii) ensino básico; compreende as crianças de 3 a 6 anos de idade, dividindo-se em: Ensino Básico Elementar e Ensino Básico Complementar, e sua duração é estimada em 5 anos; (iii) ensino secundário em geral e complementar compreende nível de 7 a 12 anos; e, (iv) o ensino superior está ainda na fase da construção.

### **2.1 PRÉ-ESCOLARES NA GUINÉ**

Segundo dados do Programa Internacional de Inquéritos MICS no ano 2000, para pré-escolar, a estimativa é de 6,5% das crianças que tem 36 aos 59 meses. Mas o atendimento é liberado dentro de um espaço criado pela a comunidade sem ter grandes meios, mas não tem nenhuma diferença entre os sexos na frequência. Dados do ministério da educação referente a 2000 apontam nos 15 jardins infantis que têm uma grande parte do pré-escolar, trabalha nas zonas urbanas com gestão do setor privado, falta ao setor público entrar com uma mínima parte deste atendimento. Calcula-se 1573 crianças, sem esquecer o total de 8% dos professores, sendo 71 considerados efetivos e formadores pedagógicos e 60 possuem outras formações. (CASSIMIRO, 2017).

Embora tenha a existência de uma estrutura desse nível de ensino, autorizado pelo ministério da educação, o funcionamento da pré-escola na Guiné-Bissau é de iniciativa privada, ou seja, o ministério da educação não ampara estas escolas no tocante na assistência de formação e pedagógica, nem física no que se refere aos recursos humanos. Em função, disto, carecem de formação de profissional de educação infantil, para proporcionar o atendimento adequado as crianças nessa área (CASSIMIRO, 2017).

A educação Pré-escolar tinha aumento grande, sendo que a taxa de escolarização tinha representada uma média 6% nos anos de 2005 a 2006, em 2009 a 2010 caiu por 5%. “Já no

mesmo período o Ensino Básico teve uma evolução muito significativa nos dois ensinos (EBE e EBC) de 70% em 1999/2000 para 117% em 2009 a 2010 no total dos 53 ciclos” (CÁ, 2005, p.51-53).

A educação pré-escolar na Guiné-Bissau recebe a maior parte dos recursos destinados ao sistema de Educação do país, apesar disso, não tem demonstrado progresso nos níveis de escolarização que sempre são baixos, além da evasão e repetência. Em meados de 1974 a educação infantil atendia a faixa etária de 3 a 5 anos, pelo modelo colonial de ensino e subsidiado pelo Governo da Província. (FURTADO, 2005).

**Tabela 01.** Distribuição de crianças em escolas privadas pré-escolar por Região em Guiné – Bissau

Regiões	Taxa
Bissau	70.4%
Biombo	7,8%
Cacheu	12.6%
Bafatá	2,1%
Gabú	3,1%
Tombali	4,1%

**Fonte:** (FURTADO 2005).

A falta de expansão a rede escolar obrigou as crianças a percorrer quilômetros em busca do conhecimento, onde a maioria dessas crianças caminha a pé, outros de bicicletas e os que possuem condição financeira de carro, sempre são verificados as maiores dificuldades nas zonas rurais. Contudo o estado deve disponibilizar transporte público para os alunos dessa faixa etária.

De acordo com Furtado (2005), entre os anos 80 e 83 a educação pré-escolar possuía uma posição de importância sendo administrada pela Direção Geral do Ensino e conseguiu manter o departamento da educação pré-escolar por uma ligação aos outros departamentos do ensino básico e ensino secundário. Na década de 80 o governo elaborava por essa razão a educação pré-escolar permaneceu privilegiada até metade da década de 90 (noventa). A falta de projetos e lei orgânica que defendessem o direito do cidadão ao acesso à educação sem nenhum tipo de discriminação da população levou os docentes a deixarem suas funções ligadas ao departamento pré-escolar por falta de matérias pedagógicas, condição de trabalho

precária, falta das infraestruturas e equipamentos. O governo não se posicionou na educação pré-escolar, porque não disponibilizou recursos para ser investidos.

De acordo com Furtado (2005), na década de 80 o governo elaborava matérias didáticas especialmente para educação pré-escolar. Mas na década de 90 passou por iniciativa do terceiro setor que produziu matérias de ensino através dos apoios da UNICEF e de outra ONG, principalmente a ALTERNAG (Associação Guineense de Estudos e Alternativas) e a Radda Barnen (ONG Sueca). Esse setor atualizava manuais de educação e programas educacionais para as crianças e os docentes, mas as matérias elaboradas estão fora da realidade guineense. Percebe-se para que as crianças possam aprender, é preciso conhecer a sua própria história assim poderão contribuir para um futuro melhor do país.

A educação pré-escolar está privilegiada por elites na capital do país em certas zonas urbanas. Na zona rural o índice da pobreza é elevado e as taxas de mortalidade das crianças entre 2 a 5 anos e as mulheres também são altas por subnutrição, malária, diarreia e doenças respiratórias. Todas essas doenças e taxas de mortalidades afetam a população guineense e prejudicam devido à perda das crianças que poderiam contribuir para futuro e desenvolvimento do país. (FURTADO, 2005).

## **2.2 ENSINOS BÁSICOS**

De acordo com o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, CULTURA, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DOS DESPORTOS, artigo 12º, lei de base do sistema educativo guineense, o ensino básico da Guiné é obrigatório e gratuito sem nenhum pagamento de propinas, taxas e lucros direcionados a matriculas e, certificados são feitos da forma gratuita, sendo os livros e materiais pedagógicos profissionais usados gratuitamente dentro do sistema nacional.

Segundo dados do ministério da educação do ano eletivo de 1999/2000 o ensino básico atende as crianças de 7 a 14 anos, sendo oportunos e obrigados a estudar para o desenvolvimento do país; mas o governo não investiu recursos para conservar o desenvolvimento das estruturas escolares (FURTADO, 2005).

“No Ensino Básico, para além das escolas públicas existem escolas privadas, emergentes nos últimos anos, que assumem diferentes configurações. “Podemos numa primeira categorização, fazer uma distinção ente estabelecimentos ligados à igreja, seja cristã, seja muçulmana, e os estabelecimentos criados por entidades cujo impulso inicial não seja de ordem religiosa”. As escolas comunitárias são uma espécie de contraparte

rural do surto repentino de escolas privadas nos principais centros urbanos, como resposta à crise da escola pública”. Dentro deste tipo de escolas existem as escolas de autogestão e as escolas populares”. (Monteiro, 2005 Apud, AFONSO, 2008, p.5).

Na linha do pensamento do autor, independentemente da existência das escolas públicas, existem outras privadas que atendem às necessidades dos cidadãos.

### **2.3 AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS**

As escolas Comunitárias são visíveis na zona rural do país, por carências das escolas no âmbito da esfera pública, surgiu para atender as necessidades populacionais. Alunos contribuem para manter o estabelecimento escolar e pagamento do corpo docente (CÁ, 2005).

As maiorias dessas escolas apareceram através de apoio das ONGs, Embaixadas e as instituições privadas, os professores são indicados pela própria comunidade ou indivíduo que ficou responsável pela instituição, estudantes/alunos pagam a taxa de contribuição destinada a manutenção da escola e pagamentos dos professores. O ministério da Educação Nacional não tem por obrigação encaminhar docentes a lecionar nessas escolas, mas sim são escolhidos pela tabanca (aldeia), caso não tenham, solicitam estatuto de professor do Ensino Básico (XI classe) (SCANTAMBURLO, 2013, Apud, CÁ, 2005).

“Como expõe o autor, as escolas Comunitárias são distintas das escolas em Regime de Autogestão, pois estas estão sob a direção do Ministério da Educação que envia os professores para atuarem nas escolas. Isso não acontece nas escolas Comunitárias, pois, os próprios membros das comunidades tomam as iniciativas em lecionar, mesmo que não possuam a titulação necessária para tanto. Importante frisar que os missionários evangélicos têm investido também nas escolas Comunitárias e entre outras (CÁ, p.58-59).

Segundo destaque acima, as escolas comunitárias são diferentes em formato e dimensão da escola de autogestão. Aspectos como a localização, próprias crianças como integrantes e protagonistas, as suas perguntas e os seus talentos, os pais encarregados de educação pagam propinas dos seus filhos para determinar o currículo de cada escola. Operam como nova organização, incluindo equipe de trabalho, por ter visão futura sobre o desenvolvimento rural, uma associação de pais e uma abordagem educativa. As escolas comunitárias mudaram suas aprendizagens para atividade de brincadeira, mas a cooperação dessas escolas surgiu para as oportunidades em prol das crianças porque muitas das vezes são apoiadas pelas Igrejas e demais organizações.

As escolas comunitárias apareceram pela falta das infraestruturas escolares, mas são criadas através dos princípios legais autorizados e reconhecidas ao nível nacional pelo governo guineense, com a participação da sociedade civil no sistema como principal via do desenvolvimento do país, porque compreende uma nova forma de pensar o mundo a partir das pessoas em diferentes áreas para assumirem suas responsabilidades de ensinar dignamente seus membros da comunidade.

As maiorias dessas escolas foram construídas com palhas de palmitos como alternativa para que crianças pudessem ter acesso escolar ao sistema educativo guineense que acabou de deixar muitas crianças fora do sistema devido à falta das infraestruturas escolares. No âmbito dessas infraestruturas criadas pela sociedade civil, as salas de aulas não são adequadas para o funcionamento, pois quando chove, por exemplo, as crianças são obrigadas a abandonar salas para não molharem seus materiais de estudo; o piso é da terra batida entre outros problemas.

Mesmo assim, o modelo das escolas comunitárias é importante para o nível de expansão escolar para diferentes regiões do país, pois essa política incluiu muitas crianças a fazerem parte do sistema.

O maior problema encontrado na maioria dessas escolas é a fragilidade dos professores em relação aos conteúdos, alunos confrontam situações inesperadas por parte dos nossos profissionais em termo de transmissão dos conhecimentos, não há atualização dos conteúdos por parte dos profissionais, todos os anos são tratados os mesmos assuntos; as escolas deveriam criar um projeto político pedagógico como parte dessa autogestão, e os professores deveriam passar pelo processo de capacitação assim trariam algo novo para o nosso sistema educativo.

Existem algumas escolas comunitárias que não pertencem ao modelo de autogestão, mas são contribuídas pela própria sociedade civil; o governo assumiu a gestão devido à falta de recursos, tanto financeiro como humano, razão pela qual a sociedade não possui condição para existências de autogestão dessas escolas a qual não encontramos um dado estatístico que estima o total dessas escolas que está fora do modelo de autogestão.

De acordo com Ministério da Educação Nacional numa pesquisa feita em 2013 ao nível da Guiné-Bissau, no total de 2435 escolas comunitárias 1108 encontra-se instaladas na região de Bafatá e Cacheu (SANHÀ, 2014).

Em 1999/2000, o total dos estudantes inscritos entre diferentes escolas públicas tanto privadas do ensino básico e ensino secundário a estimação é de 180.682. Ao referido ano eletivo 2005/2006 é de 331.601, contudo isso mostra que a procura do sistema a estes dois ensinos superou os anos anteriores. Com alta procura do ensino, tem sido identificado um

aumento da taxa da escolarização por uma média de 93,2% no Ensino Básico e restante de 85,2% se enquadra a nível global do setor educacional. (ANFONSO, 2008).

Segundo Afonso (2008), desigualdade de gênero nas escolas ainda é verificadas nas distribuições dos alunos em diferentes escolas de ensino, no total dos 80% dos alunos integrados no sistema educativo guineense ingressou 16,9% no ensino secundário e restante de 3,1% no ensino pré-escolar. Ainda mostra que houve um aumento ao nível da escolarização por parte das meninas por uma percentagem de 40,5%, em 2000, para 46,8%, ao ano eletivo de 2005/2006.

“[...] taxa bruta de escolarização, que ultrapassa as expectativas anunciadas na declaração de Política Educativa de 2001, a análise do perfil de escolarização põe em evidência elevadas taxas de retenção (27% no EBE) e de abandono (26% no EBE). O elevado custo de oportunidade da frequência da escola, a inadequação e falta de programas escolares e a deficiente rede escolar (quase metade das escolas primárias do país continuam a não oferecer o ciclo básico completo), a par das incompatibilidades de ordem cultural e religiosa, da participação das crianças na agricultura e noutras actividades produtivas e da prática do casamento prematuro e forçado das raparigas, contribuem para que só 32,5% dos que entram na 1ª classe atinjam a 6ª classe agravando-se a situação no caso das raparigas – a taxa de abandono é ainda mais elevada: apenas 37% das raparigas atinge a 4ª classe contra 57% dos rapazes” (ANFONSO, 2008, p.7).

A taxa do abandono escolar deste ensino é 18% a 20% dos alunos, a qual o estado destacou que os alunos foram incapazes nas suas aprendizagens, inclusive 1997 a 98. A avaliação feita por ministério da educação, o grau de aprendizagem é de 63 % para os rapazes e 8% para as meninas, mas a avaliação limita para os que atingiram ciclo de 4 classe e sempre houve disparidades de acesso escolar entre sexos e regiões. Em termos dos acessos escolares, as zonas urbanas são mais privilegiadas do que as zonas rurais, e acesso ao material.

A taxa de contribuição dos alunos varia de 500 a 2500 francos chefiados ao final do ano eletivo; os professores fazem exames de acordo com as escolas públicas para os alunos desse ciclo. O número de salas de aulas é baixo, tem por sua taxa bruta da escolarização de 71 % para os rapazes contra 46% das meninas, contudo isso mostra que os rapazes têm mais aderência no sistema educativo de Guiné do que meninas, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais.

“A disparidade entre rapazes e raparigas, já substantiva à entrada da primeira classe do ensino básico (1.34, em 1999/2000), acentua-se à medida que se avança nos anos de formação, para atingir uma relação de 1.60 na 4ª classe, sendo as desigualdades de acesso mais marcantes no meio rural do que nos centros urbanos (100% de acesso para os rapazes nos centros urbanos contra 92% para as raparigas e 95% de acesso para rapazes no meio rural contra 60% para as raparigas). Em termos regionais, é em Bafatá e Gabu que se

registram as menores taxas de escolarização – 37,7% e 47,9%, respectivamente” (PNA/EPT, 2004, Apud, AFONSO, 2008, p.7).

Os rapazes levam vantagens no sistema do país, devido a submissão que as mulheres nascem para cuidar da casa e um outro lado da história é o casamento precoce e forçado; isso tem sido verificado na Guiné, principalmente nas zonas rurais, porque maiorias dos pais e encarregados da educação não têm nível da escolarização.

Segundo Afonso, no total de 400 dos professores só do ensino básico, 60% dos professores enfrentam carência na formação, a maior parte são contratados e “A formação de professores, ainda que insuficiente, é assegurada pela Escola Normal 17 de Fevereiro, para os docentes do ensino básico” (2008 p.7-8).

Existem desigualdades regionais, porque a distribuição das escolas não atende as necessidades da população, sendo as taxas da escolarização baixas, sobretudo das meninas, sendo que 85% são dos rapazes e 54.6% das meninas que frequentam ensino básico, isso demonstra diferença no acesso escolar em Guiné. (FURTADO, 2005).

“A taxa de analfabetismo, entre os anos de 2000 e 2008, era de 44,8% segundo o relatório da UNESCO. Já em 2009 a taxa de analfabetismo de ambos os sexos foi de 52,2% da população de 15 anos de idade ou mais, segundo o IBGE. Em 2010, essa taxa de analfabetismo subiu para 54,2% para ambos os sexos. Isso significa que o país está regredindo lentamente, pois, segundo os dados, o analfabetismo está aumentando. Essa situação educacional, reflete da frágil situação do país, nos setores econômicos, político e social, gera uma crise generalizada, que se estende desde o século passado até os recentes dias de 2012” (CORREIA, 2013, p.26).

Na base dos dados apresentados pela Correia (2013), acima o ensino básico deve ser priorizado e qualificado no contexto guineense. São ferramentas de base de aprendizagem, contudo o estado não prioriza este ensino, apesar dos discursos políticos enfatizados para desenvolvimento do país, tanto no aspecto econômico, social e cultural, vergonhosamente à elevada taxa de analfabetismo no cenário político que se encontram no país referente aos anos 2000/2008, 2009, 2010 e 2012.

Total de números matriculados dos estudantes tanto no ensino básico e enquanto no ensino secundário por diferentes classes de em porcentagem a média é de 18,63%. A 4ª com 17,6%. A 6ª classe 16,23%. A 3ª classe 14,28%. A 7ª classe com uma média de 13,64%. A 2ª classe e a 1ª classe, 9,76%, para 2ª classe, e 9,42%, para 1ª classe, (CÁ, 2005).

## 2.4 ENSINOS SECUNDÁRIOS



O ensino secundário na Guiné-Bissau foi herdado do regime colonial em 1974, organiza-se em dois ciclos, primeiro ciclo elementar compreende as seguintes classes, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> cada qual corresponde a um ano de duração e segundo ciclo complementar compreende 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes, não existia sistema do 12<sup>a</sup> ano na época. O sistema educativo do país conta com 19 liceus divididos para todas as regiões da Guiné. (FURTADO, 2005).

**Tabela 02** distribuições de liceus públicos por regiões guineenses

<b>Regiões</b>	<b>Números de liceus</b>
Região de Biombo	1
Região de Oio	3
Região de Cacheu	4
Região de Bafatá	1
Região de Gabú	1
Região de Quinará	1
Região de Tombali	1
Região de Bolama/Bijagós	2
Setor ótimo de Bissau	5

**Fonte: adaptado por (FURTADO, 2005).**

Conforme Furtado (2005), em 1999/2000 os números de matriculados entre primeiro ciclo elementar e segundo ciclo complementar do ensino secundário, o índice do primeiro ciclo é de 79.9% dos rapazes e 20.1% do segundo ensino complementar, sendo as taxas de reprovação de 20.1% no nível do ensino secundário, onde 19.4% são as taxas de abandono e repetência escolar. O abandono escolar corresponde a 24% e 28% de repetências. É possível que fatores condicionantes da redução da escolaridade e a cultura de constituição familiar na adolescência, trabalho infantil e os indivíduos demonstram desinteresse pelo conteúdo transmitido pelos docentes.

O orçamento interno do estado é destinado aos pagamentos dos professores do ensino secundário guineense e os apoios externos são para investir na infraestruturas escolar.

O sistema educativo guineense deve ser organizado no seu âmbito de atuação para garantir o direito educacional realizando ações que possibilitem o desenvolvimento das características de cidadania em cada indivíduo.

A educação é o meio que ajuda a determinar as relações sociais entre as pessoas baseado nas experiências individuais e sociais, que refere ao modo de pensar, sentir e agir. Tudo isso deve buscar satisfazer as necessidades da população segundo a singularidade de

cada localidade, amparado pelas leis do país que destacam a democracia levando em consideração a sociedade em geral; mas o sistema educacional Guineense tem desempenhado um papel em desacordo com a democracia segundo os registros de (Ministério da Educação), porque existem regiões e locais que possuem escolas e outras não, reduzindo a possibilidade de desenvolvimento pessoal e profissional da juventude e das crianças, resultando em perdas irreversíveis para a sociedade deste país, além de números exorbitantes de déficit educacional. (FURTADO, 2005).

Segundo Furtado, (2005) o sistema educativo guineense passou por diversas reformas sem estudo de campo, gerando um sistema que não atende as necessidades do país, por desconhecimento da realidade de cada localidade. Os problemas têm se acumulado no cotidiano educacional pela falta de um diagnóstico da educação do país, bem como de documentos norteadores. Devido ao exposto os profissionais da educação têm abandonado seus cargos pela ausência do poder público em investir recursos para a manutenção e aprimoramentos das estruturas das escolas, conseqüentemente gerando uma situação de crise educacional, por não atender de forma igualitária todas as localidades. Além disso, o sistema educacional existente é excludente, pois não beneficia as crianças com deficiências e as mulheres. Apesar dos investimentos externos (internacionais) para a educação, à mesma estagnou e está em situação de decadência.

“[...] No Ensino Secundário a situação não é melhor, pois apenas cerca de 50% dos professores em exercício tem a habilitação, correspondendo às primeiras 4 classes do Ensino Básico. O sistema de formação em exercício revela-se insuficiente para completar as lacunas. As estratégias de sobrevivência levam à acumulação de empregos, para contornar os baixos salários (e não pagos antecipadamente), o que impossibilita, na prática, a frequência de ações de formação com carácter continuado” (ANFONSO, 2008, p. 7-8).

Na base do raciocínio do autor, a taxa de alfabetização mostra que os homens são privilegiados em relação às mulheres, é notadamente este nível de ensino, carências dos liceus permanece ainda no litoral do país, pois as maiorias dos liceus se concentram na capital do país (Bissau), muitas vezes a situação financeira dos pais e encarregados da educação tem sido contribuída pela baixa taxa de escolarização, porque há dificuldade enorme em termos dos alojamentos para alguns familiares na capital de Guiné para que suas filhas possam dar a continuidade nos estudos no centro de Bissau.

Porem, os resultados apresentados, as meninas sofrem mais que os rapazes, desde a chegada dos colonizadores, onde as escolas se centralizam em Bissau, e os pais acabam sentindo-se desfavorecidos em deixar suas filhas a estudarem na capital do país. Podemos dizer que a cultura familiar, gravidez indesejada, casamento sem preparação, e trabalhos domésticos influenciam uma baixa aprendizagem nas meninas por falta de tempo do estudo.

Em 2009 a taxa de escolarização aos níveis do ensino secundário e superior da população, era de 33,8%, para as meninas, 65,5%, para os rapazes. Sendo que os índices de abandono escolar são maiores entre as meninas: cerca de 57% contra 43,6% dos rapazes no ano letivo, (CORREIA, 2013).

Segundo (MINISTÈRIO DA ECONOMIA DO PLANO E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL, 2008), as taxas de analfabetismo da população guineense afetam cinco regiões: Oio, Gabu, Bafafá, Tombali e Quinará pela falta de oportunidades, dos acessos escolares locais para as populações, onde foram obrigadas a percorrer distancias para capital em busca do conhecimento de um futuro desenvolvimento da Guiné, assim como da própria vida social e do mundo. As dificuldades enfrentadas por essas regiões por falta de acesso escolar e escassos meios de transportes contribuem nas elevadas taxas de analfabetismo na Guiné-Bissau, porque os alunos confrontados com as dificuldades acabam por abandonar o ensino.

As regiões que obtém menores índices de analfabetismo são aquelas localizadas próximas a capital, sendo assim é fácil de encontrar os meios de transportes, além disso, a distância é pequena e a maioria das escolas se encontra centralizada em Bissau, por isso apresentam menor taxa de analfabetismo especialmente tanto os dois gêneros a partir dos quinze anos de idade.

Segundo o censo do ministério de educação em 2009 baseadas na constituição da república do país, é considerado analfabeto aquele que não sabe ler, escrever, e fazer um cálculo simples em português.

As regiões de Oio, Gabu, Bafata, Tombali e Quinará mostram alguns dados do baixo nível da escolarização por diferentes regiões (REGIONAL MINISTÈRIO DA ECONOMIA DO PLANO E DA INTEGRAÇÃO 2008). Estas regiões apresentam os maiores índices de analfabetismo na Guiné e foram consideradas as regiões com maiores índices de analfabetismo, mas pelo contrário são alfabetizadas, porque dão prioridades em outras escolas religiosas (marabó), língua árabe que tem padrões diferentes dos ocidentais. Por exemplo, podemos caracterizar as populações da Arábia saudita, China e Rússia como analfabetas,

sendo estas potências ao nível dos desenvolvimentos econômicos e potenciais de manufatura de armas nucleares ao mundo em geral etc.

### **3 O SISTEMA UNIVERSITÁRIO NA GUINÉ-BISSAU**

A educação superior busca estimular o conhecimento para poder resolver os problemas que estão sendo verificados do mundo, e oferecendo trabalhos para a comunidade em geral. A Universidade é um local de aprendizagem e, de crítica, porque envolve diferentes pontos de vista tendo em conta linhas de pesquisas e diversidade cultural.

“A década de 70 marca o início de articulação de alguns esforços por parte do governo Bissau-guineense de discutir o novo projeto educacional após a independência, visando criar institutos de formação” (SUCUMA, s/d).

#### **3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE ENSINO SUPERIOR NA ÁFRICA EM GERAL**

Antes de iniciar gostaríamos de fazer uma breve contextualização sobre ensino superior na África em geral, sobretudo os países da língua portuguesa (PALOP). Nos países da língua oficial portuguesa (PALOP), o ensino superior começou em meados da década de 60 até datas atuais.

Angola teve sua primeira universidade inaugurada no regime dos colonialistas em 1962, e a sua primeira universidade considerada pública em 1968 na capital de Luanda, denominada Universidade de Luanda. Depois passou a ser conhecida como universidade da Angola e por última universidade de Agostinho Neto, posteriormente a igreja construiu outra universidade em 1999 nas cidades de Angola. Em Moçambique, a primeira universidade é no regime dos colonos de 1962, que foi indicado politicamente como escola dos estudantes em gerais de Moçambique. Passou a funcionar como universidade de Moçambique em 1976.

Em Cabo-verde, a primeira universidade foi criada em 1995 na era dos colonialistas, denominada como universidade de Cabo-verde. Um ano depois passou a funcionar como a universidade em geral. São Tome e príncipe teve a criação da primeira instituição de ensino superior politécnica nos anos de 1998, mas viram a ter seu pleno funcionamento em 2005 que viram a funcionar como a escola de formação do país. Na República da Guiné-Bissau a formação do ensino superior foi criada em 1999, mas começaram a funcionar em 2003, com indicação política de Universidade de Amílcar Cabral (SUCUMA, 2013).

## 2.5 HISTORIAL DE CRIAÇÃO DE UMA CAPACIDADE NACIONAL DE FORMAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO

A Guiné-Bissau de acordo com Sanha (2017), depois da independência da Guiné e Cabo – Verde em 1973, o país deparava de quadros nacionais qualificados que poderiam ocupar os postos públicos no seu âmbito, então o governo resolveu cooperar com os países que já estão em via de desenvolvimento, no domínio de ensino médio, profissional e, assim como a de formação superior. Mas maiorias dos acordos estabelecidos se resume nos envios dos guineenses a estudar fora do país, lembrando que números de vagas disponibilizados na altura era limitada devidas a procura da população, especialmente para o ensino superior.

O ensino superior na Guiné-Bissau ainda está em fase da construção, passou por vários processos de discussão, mas vieram a funcionar oficialmente em 2003, com duas instituições em funcionamento, Faculdade de Direito e Escola Superior Nacional “Tchico Té”. (FURTADO, 2005).

“Desde o ano 1990 o país dispõe de uma Faculdade de Direito (FDB) que surgiu em resultado da cooperação da Faculdade de Direito de Lisboa com a Escola de Direito de Bissau, fundada em 1979, através do Decreto-lei n.º 22, de 27 de setembro. Em 1990 a Faculdade de Direito de Lisboa assumiu a assessoria científica e pedagógica na Escola de Direito que foi transformada em Faculdade de Direito de Bissau. Desde a sua fundação a Faculdade de Direito de Bissau continua contribuindo de melhor forma para o reforço das instituições estatais e a melhoria do funcionamento da administração: ao longo dos anos da sua existência já tem formado cerca de 241 juristas – e, através da cooperação com a faculdade de Direito de Lisboa, já formou mais de 30 Mestres em Ciências Jurídicas” (SANHÁ, 2017).

A faculdade de direito de Bissau mostrou papel fundamental pela sociedade guineense, onde formaram quadros nacionais destinados a produção das usufruídas por sociedade guineense.

A Faculdade de direito de Bissau submete a um título de licenciatura. Os concludentes de 11<sup>a</sup> podem prestar concurso através das provas escritas e orais, sendo apoiada no quadro de cooperação entre Guiné e Portugal. No exercício em funcionamento enfrentam dificuldades por causa de o conflito militar de 1998, mas a faculdade tem mostrada uma estrutura científica, ao mesmo tempo formando mais do que 200 juristas. O nível de desempenho é bom por formar quadros nacionais qualificados e pós-graduação em Portugal através da faculdade de direito de Lisboa. A Escola Nacional Superior “Tchico Té” foi criada em 1979, seu foco

principal é formar profissionais para atuar no ensino secundário, porém, os concludentes de 11ª classe podem concursar, com duração de quatro anos, sendo primeiro ano para atualizar os conhecimentos aprimorando no ensino secundário e 12ª como ano zero da formação e submete ao diploma de bacharelato em ciências de educação, podendo escolher entre os seis departamentos da linha da formação: I) Português; II) Inglês e francês; III) Física e Matemática; IV) História e Geografia; V) Biologia e Química; VI) Educação de Base através de extensão (SaLL, 2004 apud FURTADO, 2005).

A escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) foram fundados em 1986 no quadro de formar professores de educação física e desportos. Em 2004, o Centro de Formação teve seu início de abertura “São João Bosco”- funciona com cursos técnico e profissional, onde disponibilizam os seguintes cursos Administração, Contabilidade e Turismo. Mas estes cursos só atuam na capital do país (Bissau). Ainda no ano letivo 2011/2012, foi aberto o Instituto Binhôbolo, oferecendo cursos na área de saúde. (Quecoi SANI, Marlize Rubin OLIVEIRA, 2014).

Na Guiné-Bissau o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) foi criado através de um decreto oficial, nº31/84, com objetivo de desenvolver pesquisas nas áreas sociais, mas em base do contexto do país e outras (Quecoi SANI, Marlize Rubin OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Sucuma (2010,) destaca que a Faculdade de medicina foi criada no ano 1986 pelo ministério da saúde através de linha de créditos entre estado de Guiné-Bissau e o governo Cubano, sendo que os professores foram bancados pelo governo de Cuba e o governo Holandês disponibilizou transportes para atividades acadêmicas em diferentes locais, eventos, palestra ou campus de aulas. Por outro lado, a (OMS) Organização Mundial da Saúde disponibilizou equipamentos médicas e bolsas de estudos para os estudantes em diversos países. O estado não cumpre com a lei que garante o cidadão a educação.

A faculdade de Medicina é entendida como a única faculdade pública do país que possui seu campus de funcionamento com destaques de algumas regiões que se encontram no país, especialmente nas regiões de Cacheu, Bafatá. Portanto todas as outras faculdades estão centralizadas no capital do país Bissau.

### **2.5.1 CRIAÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE**

De acordo com Sucuma (2010), A Universidade Amílcar Cabral foi criada em 1999, mas viram a funcionar de três anos da criação.

Segundo Sanhá (2017), a Universidade Amílcar Cabral foi criada no quadro de cooperação entre o governo da Guiné-Bissau e uma instituição privada em Lisboa (Universidade Lusófona), na base de um decreto que foi anunciado oficialmente no dia 6 de dezembro de 1999 Lei Nº 6/99, sendo administrada pela iniciativa privada (FUNPEC – Fundação para Promoção do Ensino e da Cultura), mas começou seu funcionamento no término do ano letivo de 2003 a 2004. Entendermos que a instituição atrasou na abertura de acesso para os benefícios ao cidadão.

A Universidade Amílcar Cabral era pública até novembro de 2008 e a Universidade Colinas de Boé foi criada através dos grupos de negócios de direito privado, sem fins lucrativos. Através do aparecimento das Universidades no país, o ensino superior na Guiné-Bissau tornou-se mais concentrado. “A Universidade Amílcar Cabral chegou a oferecer treze cursos com título de licenciatura e a Universidade Colinas de Boé, quatro; complementa com cursos com Direito e o de formação de professores da Escola Normal Superior “Tchico Té”” (AUGEL, 2009).

Ainda Sanhá (2017) alega que a situação é dolorosa, a Universidade Amílcar Cabral era única que possuímos na qualidade da instituição pública, mas novembro de 2008 o governo da Guiné-Bissau alegou a falta de meios financeiros para manter o funcionamento da instituição, e resolveu passar responsabilidade ao seu parceiro, a Universidade Lusófona de Portugal.

Em 2014 o governo liderado pelo ex-primeiro ministro engenheiro Domingos Simões Pereira, resgatou a Universidade UAC com intuito oferecer serviços voltados ao estabelecimento público. Também a unificação de faculdade de Medicina de Bissau com a Universidade Amílcar Cabral para uma única instituição, com o objetivo de expandir a instituição em diversos cantos do país para facilitar o acesso aos candidatos. A estratégia das maiorias políticos guineense é de não educar a população, devido a manutenção do poder.

Conforme autor em 13 de novembro 2003 foi aberta outra Universidade, a Amílcar Cabral (UAC), em homenagem ao “Pai” da independência do país. Foi a primeira instituição de ensino superior pública. Até então, o governo não tinha a plena consciência da importância do ensino na elevação da qualidade do ensino em geral. Os alunos de ensinos superiores convivem com a falta de professores qualificados, estabelecimento precário, falta de bibliotecas e de materiais necessários para o funcionamento de um ensino superior (MONTEIRO et al, LAMDIM, 2011, apud CORREIA, 2013,).

A Universidade nasce para formar humanos por diferentes linhas de pensamentos e estimula conhecimento para a resolução dos conflitos vividos no nosso cotidiano, contudo

isso merece uma valorização em termos de qualidade dos que assumem exercícios de ensinar e responsabilidade do governo e da sociedade civil.

A Universidade Amílcar Cabral foi criada como pública em cooperação com a Universidade privada Lusófona de Portugal através de um decreto anunciado em nível do país lei: 6/99 de 3/12/9 sendo legitimado por decreto 16/99 de 3/12/99, (VOLUME INTRODUÇÃO, 2000 Apud SUCUMA s/d).

De acordo com Sucuma (s/d), a Universidade Amílcar Cabral (UAC) tinha começado o seu funcionamento com 1244 alunos no curso Pré-universitário do ano letivo de 2003/2004. Como não existia o 12º ano de escolaridade na época, então o curso pré-escolar servia como o ano preparatório do país. Tudo isso é resultado da falta de políticas educacionais que poderiam constar para o sistema educativo guineense, a permanências dos estudantes na UAC é por pagamentos das propinas como uma obrigação e por um lado seria como garantia, sendo o valor de 10.000 Fcfa no começo de funcionamento em 2003/2004, onde 10.000 Fcfa correspondem aproximadamente USD 24 dólares americano, equivalente a R\$ 49, 36, podendo variar conforme o câmbio.

Para Sucuma (s/d), A Universidade Amílcar Cabral é assegurada por propinas dos alunos e o complemento do orçamento geral do estado, o recurso que vinha de propinas serve para pagar materiais de consumos e pagamentos dos professores.

No total de 100% dessas Universidades existentes no país, todas são mantidas pelos estudantes através de pagamento de propinas; se essas Universidades deixarem de cobrar taxas por alunos não vão poder se manter. A Maior dificuldade observada pelos alunos e encarregados de educação que trabalham no Estado é o pagamento de propinas, salário baixo, que não corresponde ao cumprimento das despesas familiares muito menos pagar propinas, jovens guineenses. Por tanto isso diminui oportunidades de vagas dos estudantes e acesso aos Universidades.

Tabela 03 Comparações dos professores em termos salarias em funcionamentos das duas universidades diferentes por categorias UAC e ULG.

UAC					UL				
2003 - 2008	Professores	Total	Fcfa h/a	Dólar h/a	2011	Professores	Total	Fcfa h/a	Dólar h/a
	Doutores	09	4.750	11		Doutores	08	4.750	11



	Mestres	22	3.500	09		Mestres	37	3.500	09
	Licenciados	63	2.750	07		Licenciados	64	2.750	07
	Contratados	—	1000	24		Contratados	—	1000	24
		—	0				0		

Fonte: Sucuma, (s/d, p.9).

Não existe lei do piso básico salarial dos professores na Guiné-Bissau tendo em conta níveis de formação por categorias: licenciados, mestres e doutores. O estado deve adotar uma política de fixação do mapa do pagamento do salário ao nível nacional para categorias dos professores não ganhar por horas do trabalho.

Para Sucuma (s/d.), na qualidade de políticas educacionais para o ensino superior, a Universidade Amílcar Cabral, o Governo da Guiné-Bissau e a Universidade Lusófona nunca tinham desenvolvido projetos que financiassem bolsas de estudo para os estudantes, nem tão pouco para a pesquisa e muito menos a extensão. O funcionamento da Universidade de Amílcar Cabral passou para a responsabilidade de seu parceiro de cooperação que também nunca não tinha financiado projetos de pesquisa e extensão universitária.

“Portanto, o envolvimento do governo no sistema educacional é muito pouco. Se formos ver o Orçamento Geral do Estado de 2011, o governo disponibilizou 11. 808. 634 milhões de Fcfa para o Ministério da Educação que gera algo em torno de USD 55. 726 mil dólares americano, sendo que dos 100% deste orçamento 40% do orçamento total são reservados para execução de 13 programas/projetos, tais como: Programa Mundial de Alimentos “Saúde e Nutrição”, cantinas escolares e reabilitação de educação; Reabilitação, Instalação e Reforço de capacidade Institucional de “Formação de Professores e Integração de um sistema de Exames Nacionais” Projeto de Apoio a Criação de Ambiente Favorável a Criação nas Regiões; Educação às meninas e Apoio a Política Educativa; Programa Educação base e Igualdade dos Gêneros” (SUCUMA, P.11-12).

O estado guineense deve disponibilizar mais recursos ao ministério da educação, assim facilita nas implementações de alguns programas que serão beneficiados pela guineense em geral. Deveria disponibilizar recursos ao setor ao mesmo tempo em que formulasse programas ou projetos de educação. Assim teria condições de formar quadros que poderão levar ao desenvolvimento do país posteriormente.

Figura 01 Universidade Amílcar Cabral



Fonte: [goo.gl/1fmybz](http://goo.gl/1fmybz)

De acordo com Quicoi SANI e Marlize Rubin OLIVEIRA, (2014), a Universidade Jean Piaget foi criada no ano 2010, com administração privada, sendo oferecidos os seguintes cursos: Ciências de Saúde e do Ambiente, Tecnologias, Ciência Política, da Educação e do Comportamento assim como Unidade de Ciência Econômica e Empresarial.

“A Universidade Jean Piaget em 2010 fez a adaptação da revisão curricular do ensino secundário, que implica introdução do 12º ano de escolaridade; criou e aprovou os estatutos da Escola Superior da Educação (ESE), que passaram a integrar as seguintes escolas de formação de professores Amílcar Cabral, em Bolama, Escola Normal Superior TchicoTé, 17 de fevereiro e Escola Nacional da Educação Física, em 2011. Criou-se a Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica, a Lei da Carreira Docente, e a Lei de Bases do Sistema Educativo” (P. 140).

Figura 02 Universidade Jean Piaget



Fonte: [goo.gl/S4GZMd](http://goo.gl/S4GZMd)

Segundo Augel, (2009), a formação dos professores é fraca, pela falta de estrutura física e didática, virou prática; o país é carente de profissionais em diferentes áreas de atuação, poucos mestres e muito menos doutores.

“Para que haja uma boa qualidade educacional no âmbito de ensino superior na Guiné-Bissau é necessário realizar fortes investimentos, tanto no ensino básico e secundário, bem como no sistema do ensino superior, assim será possível elevar os meios do conhecimento técnico e científico que irão ajudar na racionalização do desenvolvimento do país que poderá ser visível em longo prazo, com consequências benéficas que poderão ajudar a melhorar os indicadores sociais”. (SUCUMA, 2010, P.107- 108).

Na base do raciocínio do autor entende-se é pertinente ter um investimento em cada localidade para os diferentes níveis de ensino, que serão mencionados a seguir: ensino básico, secundário, assim como superior Universitário, tudo serviria como estratégia política para obter uma base sólida do sistema educacional guineense, assim como aproveitamento acadêmico dos estudantes, técnico-científico que associam entre a pesquisa que visa à tecnologia, e ao mesmo tempo fortalecer redes de informação, em qualquer que seja o desenvolvimento.

“Em referente à Guiné-Bissau, pode-se perguntar hoje, o porquê da criação tão tardia de uma universidade neste país. A universidade colinas de Boé, de iniciativa privada, foi primeiro criada em 24 de setembro de 2003, em homenagem ao 30º. aniversário da independência da Guiné-Bissau. O processo de criação da universidade Amílcar Cabral (UAC), que vinha se debatendo com aspectos políticos e burocráticos de 1995 (altura em que foi criada a primeira comissão instaladora), foi com isso acelerado e a UAC viu-se impulsionada a também abrir as suas portas”. (SEMEDO, 2009, p.110).

Os colonialistas não cumpriram com seu papel como seus companheiros, por outro lado a instabilidade política que o país tem sido enfrentados nos últimos anos desde o conflito militar de 98 á 99, queda do governo como uma ameaça política, sendo assim ninguém iria investir seu recurso no mercado guineense, porque o risco de perder em qualquer que seja momento é maior, mas o país possui recursos para ser investidos nas criações das Universidades Públicas, isso não aconteceu porque os políticos não interessam ou não conheçam a importância das instituições universitárias. A Universidade de colinas de Boé não é a primeira criada, já havia UAC em funcionamento depois da sua criação em 2003.

“No caso concreto da UCB, em 2003, o reitor era o único titular com um PhD, seguido por alguns mestres. Hoje, graças a um recrutamento mais criterioso e um esforço apoiado em matéria de formação interna, registra-se um aumento da proporção de mestres (24.4%) e de Doutorados (8.9%) e uma diminuição de outras qualificações no seio dos docentes em exercício na UCB. Porém, esta grave realidade mostra como a Formação de formadores, em parceria com prestigiadas instituições estrangeiras, devia configurar uma prioridade cimeira da política de ensino superior guineense, com intuito de fortalecer as capacidades nacionais de formação e de viabilizar um ensino

superior de qualidade” (Hugo MONTEIRO; Lucy MONTEIRO e Nhaga COBNA, 2011).

A Universidade Lusófona da Guiné (ULG) foi fundada no ano 2003 através de um decreto ofício nº 1254, assinado no Gabinete do Primeiro Ministro no dia 29 de novembro de 2011. Mas a instituição veio a ter sua própria reitoria a partir dos anos letiva 2013/2014, com diferente visão política que está à volta da promessa.

**Figura 03 Universidade Lusófona da Guiné Edifício Principal**



Fonte: [goo.gl/taFAkD](http://goo.gl/taFAkD)

De acordo com Semedo, a educação é uma das ferramentas importantes, sendo que a sociedade muda de acordo com diferentes níveis de formação, tanto para homens e mulheres, por isso é formada nas universidades para serem cidadãos críticos, mas respeitando a liberdade de expressão e acesso à educação. O país recebe apoios destinados à formação superior, mas permanece a carência de profissionais em diferentes setores. A situação política que a Guiné tem enfrentado obrigou a migração em busca de melhor condição de vida no exterior. Os apoios que o país beneficia até ao presente é da participação nas organizações, internacionais e organizações sub-regionais (2009).

A Guiné-Bissau não deveria entrar nas organizações sub-regionais, porque entrave política que está sendo verificada pela a sociedade guineense foi culminado pela própria organização de Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), sendo o objetivo principal dessa era promover o comércio regional através de cooperações entre integrantes, ao mesmo tempo desenvolver sub-regiões, não aconteceu de acordo com

objetivos propostos, mesmo assim não fez nada de bom para o país, a não ser explorar nossos recursos naturais (marinhos), numa cooperação na aérea da pesca.

O valor pago ao governo guineense, uma média de 5000000 milhões de euros e peixes sempre embalados no Senegal. O país não deveria ter entrado no Franco CFA que corresponde (Comunidade Financeira Africana). Sendo o Banco Central localizado em Dakar, a capital senegalesa, ficou responsável pelos membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, nesse contexto não houve nenhum impacto positivo para o nosso país, o estado não ganhou com a taxa de cambio de acordo com o que deveria ganhar. Se permanecêssemos com a nossa própria moeda já existente conhecida como O franco guineense (GNF), moedas utilizadas na época é de 1 franco, 5 francos, 10 francos, 25 francos, 50 francos. Dentre os Francos guineenses, as notas mais usadas são nos valores de 100 francos, 500 francos, 1.000 francos, 5.000 francos, 10.000 francos.

O banco central na época na capital de Bissau, o país beneficiava-se com a taxa de cambio, mesmo saindo de qualquer país trocava seu dinheiro ao nosso e o dinheiro circulava só no país; com a entrada na CEDEAO perdemos o que tínhamos para ganhar em relação ao dinheiro.

Pela a política conservadora levou os colonialistas Português discriminar os guineenses e dividiu a nossa sociedade em duas classes: dos civilizados e classe das tribais étnicos, na altura os que frequentavam a igreja católica era consideradas civilizadas e calmas, e os que faziam praticas tradicionais foram vistos como mal-educados. Mas é bom lembrar a sociedade guineense são compostos por vários grupos tribais étnicos, sendo assim cada um destes detentores têm suas práticas de costumes próprios (SEMEDO, 2009).

Os colonialistas querem dominar os guineenses como propriedades, ou colonizar as nossas mentes, afinal quem são os civilizados e não civilizados? Por bem eles nem se enquadram na classe dos civilizados, porque invadiram o país sem motivo e, enfatizaram discursos que descobriram, antes de existirem não existiam os guineenses, mesmo com vários grupos étnicos somos povos unidos e civilizados. Sempre que nasce uma criança, nossos avós adotam práticas tradicionais para ensinar aos seus filhos etc. porque têm significado muito enorme para nós, é o mesmo Deus que estamos a adorar, apesar de cada qual ter um modo de adorar. A Igreja serve para nos livrar de mal e o bem, nem para salvar a nossa vida, por isso que temos que valorizar aquilo que é nosso.

Em 1981 o Ministro da Educação e Cultura Mario Cabral, tinha lutado pela criação de uma Universidade local, com a inclusão dos países da língua oficial portuguesa (PALOP) especialmente para aqueles que carecem de Universidade, principalmente a Guiné-Bissau,

Cabo-Verde e São- Tomé e Príncipe, enfim o projeto não foi concretizado. “Em 1991, Carlos Lopes (fundador do INEP) apresentou pela primeira vez um documento fundamentando a necessidade de dotar o país de uma instituição de ensino superior” (AUGEL, 2009).

“Em 1999 havia ajuste entre Ministro Paulo Silva e Universidade Lusíadas de Portugal, com intuito de criar uma instituição privada no país, acabou perdendo a oportunidade por um declínio do governo chefiada pelo Coronel Saturnino da Silva. Por outro lado, o Governo da Unidade Nacional conseguiu fundar duas Universidades no mesmo período: Universidade Lusófona e Universidade Amílcar Cabral pelo arrebitamento do chefe do executivo Francisco José Fadul. A todos os atores políticos deveriam levar em consideração a conformidade no estado” (MONTEIRO, MONTEIRO, 2008, Apud AUGEL, 2009, p.143).

A queda do governo na Guiné-Bissau transformou-se em uma prática política para a manutenção de interesses individuais, deixando a sociedade sem assistência.

Ano referente 2004-2005 havia muita procura nas Universidades regionais, quatro mil estudantes matriculados, as mulheres correspondiam a três terços, porém os estudantes pagam taxas de mensalidade que cabe na renda da população. Em comparação aos outros países o valor mensal cobrado pelo governo guineense pode não corresponder exatamente ao mesmo valor cobrado (AUGEL, 2009,).

De acordo com (Hugo MONTEIRO; Lucy MONTEIRO e Nhaga COBNA, 2011), a Universidade Portuguesa Lusíadas em 1995 iniciou uma negociação com Ministro Paulo Silva na época para a sua criação do seu campo de estudo na Guiné – Bissau, como objetivo do funcionamento privada, mas por outro lado o processo não foi concretizado devido a queda de governo liderado pelo coronel Saturnino da Costa em 1995. Percebemos que país perdeu oportunidades de estruturar seu ensino superior por motivo de impasse político.

“O país, hoje, possuiria quadros formados suficientes para ocupar os lugares em todas as áreas. Mas a maioria desses quadros reside no exterior, por motivos de enquadramentos e instabilidade política que levou muitos a saírem e permanecerem fora do país. Com ausência desses, as instituições públicas foram ocupadas por pessoas menos qualificadas para exercerem as funções/cargos na administração pública. Como podemos ver o número das pessoas com formação superior cresceu bastante pós-independência, isso, porque houve um aumento de instituições de formação superior, média, técnica, e de bolsas de estudos para o exterior. Muitos desses quadros foram recém-formados no exterior e, após o término do curso espera-se que regressem ao país de origem” (CÁ, 2005, P.40).

A instabilidade política na Guiné-Bissau tem sido nos últimos anos, a responsável pelo aumento da fuga de cérebro em busca de melhores condições de vida, a maioria dos quadros

guineenses que estudam fora do país, tem razões para não retornar à terra natal. As razões envolvem só baixos salários pagos por profissionais, porque não houve um estabelecimento ou a padronização do piso salarial para os funcionários públicos, além disso, houve um aumento significativo das taxas de migração de profissionais para os países desenvolvidos, por um fator de instabilidade costumeira do país.

Os recém-formados tinham voltado ao país de origem com a expectativa de ajudar melhorar fatores que travaram o desenvolvimento, mas não foram dadas oportunidades por falta filiação políticas. Os que tiveram tios ou primos no estado puderam garantir cargos, os que não possuem nesse âmbito tiveram que regressar ao exterior.

A proporção das raparigas no seio dos estudantes não é encorajadora, pois em cada grupo de três só encontramos uma rapariga. Contudo, a representação feminina varia consoante estabelecimento e curso. É na UCB que encontramos uma relação de género mais equilibrada. Curiosamente, é na formação de professores que se observa a mais baixa representação feminina, contrariamente ao que acontecia na Guiné acontece na maioria dos países, onde a docência se transformou profissão importante para as mulheres. A própria Universidade tornou-se centro de emprego, especialmente dos intelectuais, poderá vir a revelar como mecanismo eficaz para mudar ao aumento à fuga dos quadros para a procura de melhor condição de vida e ao mesmo tempo trair os quadros com nível que se encontram atualmente nas instituições estrangeiras (Hugo MONTEIRO; Lucy MONTEIRO e Nhaga COBNA, 2011).

Sempre existiu desigualdade de género, desde o ensino secundário até o superior, numa análise profunda as mulheres têm mais ocupação do que os homens, por isso que não têm tempo para continuar os estudos. Hoje em dia o maior empregador é a Universidade porque estimula conhecimentos através de um fluxo migratório dos quadros de saberes a fim de resolver conflitos que estão vigentes no mundo de hoje.

“A Lei do Ensino superior e da Investigação Científica (LEISC) veio ordenar e regulamentar o fenómeno emergente do ensino superior no país. A sua novidade em relação à legislação de países comparáveis da sub-região repousa no facto de conter disposições comuns ao ensino superior e à investigação científica, quer sejam assegurados por instituições públicas, quer privadas. A lei regula as condições de acesso ao ensino superior, os cursos, bem assim as habilitações gerais para a docência, como forma de garantir a qualidade de ensino. Menção deve ser feita à atenção dispensada por esta lei prever à questão da carreira docente no ensino superior, pois, sem legislar sobre a matéria, recomenda a aprovação sem demora de um diploma sobre a questão”. (Hugo MONTEIRO; Lucy MONTEIRO; Nhaga COBNA, 2011).

Mais de 20 instituições do ensino superior na Guiné – Bissau funciona fora das leis que regulamenta um bom funcionamento no ensino superior. De acordo com o ministério da educação, na pessoa do diretor geral de ensino superior do país, houve uma preocupação enorme em função do funcionamento, porque existem muitas Universidades em funcionamento sem o reconhecimento do ministério da Educação, estipulados a um prazo para as instituições que funcionam nos seus descobrimentos das normas até 31 de dezembro de 2014 para cumprirem com os objetivos estabelecidos, nessa ocasião algumas instituições têm interesse de cooperar com o governo, mas outras não manifestam os interesses (FODÉ Mané, 2017).

A falta de noticiais por algumas instituições, de acordo com Fodé Mané como diretor-geral do Ensino Superior, explicou que o governo autorizou só apenas duas instituições a funcionarem para a formação no campo de medicina assim como da enfermagem, mas surgiram outras sem nenhuma autorização da instancia superior que regulamenta funcionamentos das instituições. O diretor por sua vez, lamentou perante a situação do país, porque a importância do título para um médico que nunca se formou como auxiliar enfermeiro não tem relevância para esta pessoa, porque o curso da medicina tem que reunir as mínimas condições necessárias para o seu funcionamento, entendeu por bem tomar possíveis medidas urgentes (2017).

Os problemas enfrentados nas instituições de ensino superior de Bissau, é que existe um grupinho de homens de negócios que optaram contribuir no país, mas imigram pela via das instituições do ensino superior devido carências institucionais públicas, como são poucas para a formação dos quadros guineenses, motivou algumas pessoas a criarem suas próprias instituições com o nível de formação superior sem seguir as exigências do ministério da educação. Neste caso a preocupação dessa classe é serem homens econômicos, apenas só ganhar dinheiro mais nada, não importa se o título dos estudantes poderá ser validado pelo Ministério da Educação e muito menos na qualificação da formação acadêmica dos estudantes.

A falta das instituições públicas no país levou a criação das instituições privadas para atender as necessidades dos cidadãos. Uns dos problemas que podemos levar em consideração na criação das instituições no seu impacto da decadência é a ameaça política, porque em cada seis meses ou um ano da governação os ministros se revezam devido à queda de governo.

Nesse sentido ninguém assinaria acordo com o país que vive sempre da instabilidade política, perdemos muitas oportunidades que poderão minimizar problemas por outros setores, infelizmente não abraçarmos a causa devida os golpes de estado. Todo esse circulo em que



estamos dificultou a implementação de alguns projetos que poderia beneficiar a sociedade de modo geral nos seus melhoramentos, dificilmente será a prioridade na Guiné – Bissau, a qual se passou por varias situações da instabilidade política, o destaque disso é a falta de consenso entre os políticos, porque não sabem resolver problema nacional, enquanto não acontecer consenso para filhos guineense sempre continuaremos do mesmo circulo da convivência.

“A Guiné-Bissau conta atualmente com uma paisagem de ensino superior pouco inteligível, à luz da legislação em vigor, decorrente principalmente da falta de proactividade manifestada pelo Governo ao lidar com este assunto nos primeiros momentos da era universitária. Em princípio, o país possui seis estabelecimentos universitários, sendo um público e as restantes privadas. Na realidade, estão em funcionamento 5 estabelecimentos universitários, todos privados: Universidade Lusófona de Bissau, antiga UAC, a Universidade Colinas de Boé, o Instituto Jean Piaget, a Universidade Católica da África Ocidental e a Universidade Internacional Sup management, uma escola de cariz politécnica privada, que opera no antigo liceu Taborda. A Universidade Pública, que é a UAC, não funciona enquanto tal, por conta de uma solução amigável entre o Governo e a instituição promotora da Universidade Lusófona. Porém, o conjunto das faculdades e das escolas superiores que deviam integrá-la vão funcionando normalmente, num regime de escolas universitárias não integradas” (Hugo MONTEIRO; Lucy MONTEIRO e Nhaga COBNA, 2011).

Essas universidades funcionam fora dos estabelecimentos que qualifica uma instituição que oferece serviços para a comunidade. Segundo nosso entendimento, a Guiné-Bissau não possua nenhuma instituição Universitária, existem apenas instituições de ensino nos benefícios de faculdades. O indicador que fundamenta o funcionamento de uma Universidade deve representar três etapas: Ensino; Pesquisa e Extensão, caso da Guiné não é verificado, só atuam na área de ensino como o principal foco.

Ensino é aquilo que aprendemos através da mensagem do conhecimento transmitido pelo professor na sala de aulas. Enquanto pesquisa é apuração da verdade; por fim extensão – o retorno de verdade apurados através de pesquisa de campo. Por tanto as instituições têm por obrigações de reunir condições necessárias para a disponibilidade nas ofertas dos serviços qualificados nas formações profissionais, ajudaria superar as barreiras, estudantes sempre ficam presos num determinado assunto porque não há outra via como alternativa.

“Uma das fragilidades gritantes das instituições de ensino superior guineenses prende-se com a notória falta de equipamentos que lhes impede, por um lado, de facilitar a docência e a aprendizagem, permitir a experimentação, logo de fornecer serviços de qualidade e, por outro lado, de desenvolver áreas de conhecimento importantíssimas como o ensino da engenharia, física, química e biologia, por exigirem laboratórios que os estabelecimentos não possuem” (Hugo MONTEIRO; Lucy MONTEIRO e Nhaga COBNA, 2011).

Para oferecer esses cursos é necessário criar laboratórios para estudantes possam aprender de outra forma, porque hoje em dia laboratório são essências, aulas de campo são muito fundamentais.

## **4 AS DIFICULDADES DOS ESTUDANTES GUINEENSES NAS UNIVERSIDADES**

### **4.1 PESQUISAS DE CAMPO**

As deficiências do sistema educacional na Guiné-Bissau na percepção dos estudantes guineenses na Unilab.

As entrevistas feitas pelos estudantes guineenses na Unilab perceberam que o nosso sistema de ensino não é satisfatório e muito menos qualificado, mas há forte influencia tracionas dentro do sistema em si.

Segundo (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção), entrevistado 01 e entrevistado 02, as dificuldades enfrentadas pelos os estudantes guineenses nas Universidades são enormes, sendo observado pela falta de matérias de estudos, falta de qualificação das infraestruturas que abrangem o sistema do país, tanto a estrutura de Xerox e muito menos o acesso ao programa de pesquisa e de extensão.

No entendimento de Entrevistado 03, os estudantes se deparam com dificuldades, mas fazem esforços para se integrar nas Universidades (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

Estudantes têm dificuldades de acesso a material didático, transportes e meios financeiros que deu suporte a um estudante, entrevistado 04 (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

Segundo entrevistado 05 estudantes se deparam com qualidades dos professores, metodologia do ensino, falta de ferramentas de pesquisa eletrônica, incentivo voltado à produção acadêmica que poderão estimular ainda mais o conhecimento dos estudantes em qualquer que seja o campo do estudo e por último lotação de sala de aulas, dificultando os estudantes pelo aperfeiçoamento do conteúdo explicado pelo docente tendo em conta o ruído dos próprios alunos (entrevista realizada em 20 de julho de 2017).

#### **4.1.1 GRAUS DA SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ – BISSAU**

Para entrevistado 01, o sistema educacional é pouco satisfatório, apesar das dificuldades enfrentadas, estudantes fazem sempre esforços para sair bem qualificado dentro do sistema, maiorias dos professores não atualizam conteúdo, sendo integrados no sistema por via de contratação; o ensino é precário no seu estabelecimento de funcionamento, sobretudo no interior do país, quanto a biblioteca, a maioria se encontra precária nos casos existentes, não houve atualização dos livros e muito menos trabalho produzidos (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção). O sistema do ensino na Guiné-Bissau é satisfatório, fomos passados por ele. Quanto a estrutura física, nem todos são satisfatórios, é preciso adequar bibliotecas e reciclar os professores, entrevistado 06, (entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

O sistema de ensino sofre com a falta de formação qualificada dos professores, ou seja, docentes, escolas sem estruturações de maneira possível, nem biblioteca com materiais didáticos produzidos para o aproveitamento acadêmico, entrevistado 04 (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

De acordo com entrevistado 07, a satisfação ao sistema de ensino guineense, de certa forma funciona, o que está em jogo é como se estabelece seu funcionamento, a boa qualificação por partes dos professores em geral, outros precisam melhorar, porque nem todos dominam conteúdos, então não estão cumprindo com suas responsabilidades. Quanto a questão da estrutura, é mais ou menos adequado, tendo em conta a ajuda dos países externos, mas deve passar pelo processo de manutenção, assim, permitirá ter um bom funcionamento da nossa estrutura educacional (entrevista realiza em 25 de julho de 2017 Acarape).

Para entrevistado 03, o sistema é indesejável, porque o país não depende do orçamento do seu estado e muito menos disponibiliza maior fatia dos recursos para o setor, no que diz respeito a estrutura e biblioteca, não são desejáveis, tendo em conta a falta da criação de uma política em prol do assunto acadêmico (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

De acordo com entrevistado 02, o sistema não é satisfatório no país, ainda a fraca qualificação dos professores, falta de estrutura e bibliotecas para os alunos, existe falta de pesquisa, pois a aprendizagem não se limita a sala de aula, mas abrange diversas aéreas, como a pesquisa e extensão. Ainda ele, o estado demorou na criação do ensino superior devido à falta de visão política, sendo a educação considerada como um dos pilares para via do

desenvolvimento para qualquer que seja o país (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção).

Entende-se por bem a satisfação no nosso sistema de ensino, porque preparou-nos a enfrentar o mundo em que estamos a viver no nosso dia-a-dia, portanto é mais prático e competitivo, apesar disso existe um enorme desafio para o país, assim como para os professores.

Os estudantes guineenses têm sido ensinados de uma forma positiva, embora devam escutar e produzir os conteúdos, de certa maneira os professores devem modificar seus métodos de ensinar, sendo reunidos vários conjuntos de (material didático, mídias digitais, serviços, Assessoria) a qual são usadas na escola para a contribuição nos processos de aprendizagem dos estudantes. Nestes contextos, por exemplo, os docentes, ou seja, professores devem saber formas de preparar aulas para assim atingir o nível dos aprendizados para a qualificação do próprio sistema educacional.

#### **4.1.2 A DEMORA NA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO PAÍS**

“De acordo com entrevistado 01, 2017, a criação de ensino superior na Guiné – Bissau demorou institucionalizar devido a luta de libertação armada, que durou mais de 11 anos e conflito político militar, retrocedeu o país até momento vivenciado”.

Seguindo raciocínio acima, percebemos que a luta de libertação armada não afetou a criação do ensino superior, mas sim o colonialista português demorou de seguir exemplos dos colonizadores, por isso que a institucionalização do ensino superior demorou até década de 1970.

“A criação do ensino superior do país é tão tardia devido sistema político, econômico e social, que já tinha instalada pelo regime dos colonos, a pós a independência o partido da independência de Guiné e Cabo-Verde herdou o mesmo regime até o nosso cotidiano, em vez de preocupar criar políticas públicas em prol ao ensino superior na Guiné-Bissau sempre preocupam criar obstáculos, onde o interesse pessoal prevalece sobre a do coletivo”, entrevistado 05, (entrevista realizada em 20 de julho de 2017).

Percebemos no referido acima, como falta de vontade política conduziu nossos políticos ou governantes a colocar o interesse individual acima do interesse coletivo, esqueceram-se de representar os povos através da delegação política, deixou propor projetos de lei com objetivo de criar novos direitos e deveres, o primordial dos políticos guineenses durante o dia deverão ceder à proposta que está em condição, sendo capaz de reduzir o gasto

populacional, assim poderá enfrentar qualquer que seja conflito, tanto interno quanto externo, mas o mais importante de todo é criar leis justas de forma digna e rigorosa, com habilidade de enquadrar os povos guineenses em geral e grande números no mercado do consumo.

#### **4.1.3 PADRÕES DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE**

Não existe padrão de avaliação para o sistema educacional guineense, mas alguns casos cada instituição cria suas formas de avaliação entrevistado 01 (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção). Segundo o entrevistado 06 e entrevistado 02, existe padrão de avaliação para o sistema educativo, há lei que estabelece o funcionamento do sistema educativo guineense, independentemente do seu descumprimento (entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

Do nosso ponto de vista existe a lei que padroniza o sistema, mas ninguém sabe da existência porque nunca houve uma avaliação para todas as escolas, assim é considerado como política soma zero.

#### **4.1.4 ÍNDICES DO ANALFABETISMO**

O índice do analfabetismo na Guiné - Bissau é influenciado por vários fatores, são: centralização das escolas no capital (Bissau), sucessivos greves nas escolas públicas, desigualdade de gênero na classe familiar perante o nosso sistema, e desvalorização dos professores na rede pública, entrevistado 05, (entrevista realizada em 20 de julho de 2017).

Houve redução muito significativa do analfabetismo no país, depois da independência era apresentada o percentual de 97% (Paulo Freire-cartas a Guiné-Bissau). Para CÁ, a taxa de analfabetismo reduziu através de acesso na escola por diferente faixa etária e camadas: jovens; mulheres e; homens, entrevistado 07, (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

Levada a alta taxa de analfabetismo na Guiné-Bissau é a influência cultural. Para combater-lhe precisa um investimento forte nas políticas públicas, sensibilizar a sociedade a vantagem da escolarização para um futuro melhor, tanto para própria vida enquanto ao desenvolvimento do país, entrevistado 01 e entrevistado 02, (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção). Para entrevistado 06, o elevado índice de analfabetismo no país, é a

falta de infraestruturas escolar, a qual não consegue atender demanda populacional (entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

Objetivo de Portugal era dominar os guineenses, ao mesmo tempo absolver proveitos que nunca tinham, por isso permanece alto o índice de analfabetismo. O estado deve começar a investir no setor para combater índice de alfabetismo, ou seja, assumir sua própria responsabilidade, entrevistado O3, (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

#### **4.1.5 FUNCIONAMENTOS DO SISTEMA EDUCACIONAL**

Para obter um bom funcionamento do sistema educacional é preciso adotar uma política de ensino gratuita para a sociedade guineense, por outro lado melhorar as condições dos docentes, sendo assim o país avançará entrevistado 01 (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção) entrevistado 06, 2017, para combater o analfabetismo é preciso criar uma política pública forte para educação como via de desenvolvimento (entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

De acordo com entrevistado 06, combater analfabetismo no país, precisa ter um investimento bem forte no setor educacional e avaliar os currículos dos professores também, descentralizar escolas por diferentes regiões, sensibilizar a sociedade guineense sobre a importância da escola por meios de comunicação social através de (rádios e televisões). (Entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).

Os indicadores devem avaliar o sistema, necessidade da revolução rápida a mudança e ação reflexiva virada a educação e saúde, entrevistado 04, (Entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção). Para nós indicadores perante avaliação do nosso ensino devem fornecer informações dos resultados baseados nos censos educacionais e avaliações foram feitas pelo ministério da educação (MEC) independentemente fornecer dados mais beneficiados para a formulação e o monitoramento das políticas.

“Para ter um bom funcionamento do nosso sistema é necessário rever leis de base do sistema educativo guineense, porque não corresponde com realidade do país, acrescentar cargas horaria das disciplinas, entrevistado 05, (entrevista realizada em 20 de julho de 2017) ”.

O modelo adotado está fora do contexto guineense, conteúdo produzido não corresponde à sociedade guineense e a língua falada na escola. Se já é difícil às pessoas

inseridas pelos grupos étnicos tão difíceis apreender o crioulo como língua comunicatória quanto mais o português, isso tem sido dificultando os alunos na compreensão de conteúdo.

Para ter o melhor funcionamento do nosso sistema educativo precisa uma urgente reforma, para professores, infraestruturas e programas curriculares, entrevistado 02, (entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

Segundo nosso entendimento ao referido acima, um bom funcionamento do sistema educativo na Guiné-Bissau precisa obter gestão escolar que trata de assuntos ligados a educação através da garantia de instituições da educação para ter suas condições fundamentais a fim de cumprir com seu papel principal: educar com qualidade para que cidadãos sejam formados através da própria competência e capazes para futura via individual tanto profissional. Foco da gestão escolar deve ser acompanhado através dos resultados obtidos pela escola em si, por motivação da equipe para o fim conseguir os objetivos traçados, ênfase na qualidade do currículo e foco na participação dos pais para atingir excelência no ensino.

#### **4.1.6 DIFICULDADE NA IMPLEMENTAÇÃO PROGRAMAS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO**

Segundo entrevistado 01, as dificuldades que levam a não implementação de programas de pesquisa e de extensão no enquadramento do ensino superior, é a falta de recursos financeiros que poderão suportar atividades produtivas acadêmicas. Como a educação é via de desenvolvimento para qualquer que seja o país, a qual a Guiné não está fora, precisa qualificar o nosso sistema a fim de dar avanço. Ainda o entrevistado se motivou estudar no exterior com a finalidade de ser quadro qualificado para contribuir posteriormente ao seu país, pela garantia da qualidade de ensino (entrevista realizada em 18 de julho de 2017, Redenção).

“Os países como Brasil estabeleceram três características fundamentais nas Universidades, ensino, pesquisa e extensão, sendo sustentando por seu orçamento geral do próprio estado, caso da Guiné é diferente, ainda continua sobre dependência dos países externos, neste contexto tem que abrir mão para umas dessas, entrevistado 03, (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção)”.

A dificuldade na implementação de programa de pesquisa e de extensão é ausência de recursos humanos e tecnologia para suporte desses programas, por isso se motivou estudar no

exterior para garantir qualidade de formação a fim de servir o país, entrevistado 02, (entrevista realizada em 18 de julho).

#### 4.1.7 EDUCAÇÃO COMO ÚNICO DESENVOLVIMENTO

Entende - se a Educação não é a única via de desenvolvimento no qualquer que seja país, porém serve como um dos pilares como proporcionador do crescimento econômico por isso considerou como fator principal para este aspecto. Portanto o desenvolvimento é cultural, sendo a condição se causa a própria população foram preparadas através de um conhecimento exercido pelo cidadão, ou seja, de forma geral pessoas que possuem economia suficiente tornarão difícil de ser corrompidas.

A educação é fundamental para a transformação de uma nação, os países que não valorizam a ética, o trabalho e a educação em geral, apresentam economia frágil, os rendimentos são inferiores, refletindo em todo segmento, como habitação, saúde, qualidade e expectativa de vida. As nações que priorizam e valorizam a educação tem, com esse objetivo, maneiras concretas de ascensão profissional-econômica através do esforço em anos de estudo e trabalho. O contrário ocorre nos países que não valorizam a educação, a maioria visa uma mudança de vida sem dedicação e esforço, quer uma ascensão a partir de prêmios lotéricos, no ramo artístico e esportivo (FREITAS, s/p, 2018).

Lembrando em consideração o distado do autor acima é importante país como a Guiné - Bissau se lembrar da Educação sem desprezo, podem levar vantagem ao nível na nação em geral e ao mesmo tempo dificultar pessoas por não serem corrompidas entre outras, isso vai permitir comprometimento do crescimento político-econômico-administrativo do país.

A educação para o entrevistado 05, não única via de desenvolvimento para Guiné-Bissau, mais sim como principal setor a qual alcançaremos o rápido desenvolvimento, isto caso estado colocar o setor no primeiro plano de governação (entrevista realizada em 20 de julho de 2017).

[...] não existe qualidade de educação no país, por isso se motivou a estudar no exterior a fim de ser um bom profissional para servir o país entrevistado 03, (entrevista realizada em 25 de julho de 2017, Redenção).



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Guiné-Bissau a educação é principal ferramenta para o desenvolvimento local, neste sentido merece ser uma expressão da democracia que serão capazes de criar cidadania por diversas áreas de saberes e analisando de forma geral o mundo que estamos inseridos, por ela deve ser prioritária pelo estado guineense como fator que fortalece o pensamento do indivíduo rumo ao desenvolvimento, porque populações inovam coisas de acordo com a demanda da sociedade.

Nível da estruturação do sistema educativo na Guiné-Bissau foi pensado de forma positiva com objetivo de inserir cidadãos de acordo com idades em diferentes níveis de ensino. Por tanto algumas pessoas descredita o sistema porque deixaram a maioria para fora, é preciso investimentos tão forte na área da educação, as infraestruturas escolares para que todos possam ter acesso porque cada escola busca divulgar potencialidades, cada um tem expandindo decisões dentro de salas de aulas, falta das infraestruturas acaba levando muitas crianças fora do sistema e elevada taxa de analfabetismo, governo deveria investir nos seguintes ensinamentos: pré-escolar, básico e secundária, assim, permitirá alunos se preparar para enfrentar ensino superior para saírem qualificados. Mas não significa que alunos não saírem preparados para enfrentar quaisquer desafios.

As taxas de abandono e repetências escolares se resumem no aspecto cultural guineense devido à política de que mulheres são destinadas a cuidar casa através de trabalho doméstico, independentemente disso casa-se cedo para formar famílias como nossos velhos tem pensamento que hoje não se deveria prevalecer perante a nossa sociedade guineense, ao passo que os homens têm direitos de ir às escolas porque será responsável da família, algo não poderia acontecer já todo o cidadão guineense tem direito de ir para escola segundo a nossa constituição da república.

“O estudo mostra que o país precisa de políticas mais claras, de mais organização, mais financiamento e de uma forma melhor de governar para garantir a florescência de seu sistema educacional”. O estado deveria criar condições necessárias para que as crianças, jovens e adultos possam usufruir do sistema como a constituição do cidadão direito ao acesso à escola sem discriminação e demais direitos sociais (CORREIA, 2013, p.113).

Estado guineense deveria mirar sua atenção para as escolas comunitárias, cada comunidade busca qualificar ensino e expansão redes escolar pôr diferentes regiões para facilitar acesso escolar para todos os cidadãos do país, assim não haverá desigualdade entres sexos no acesso escolar.

Sendo que manutenção das suas infraestruturas sempre é mantida pelas próprias comunidades do país, por tanto ministério da educação guineense deve permitir que os professores administrassem as aulas pela línguas maternas ou adotar segunda língua nacional mais falada para facilitar compreensão das crianças casa (crioulo), a qual matérias deveriam ser elaboradas de acordo a realidade guineense assim crianças estariam recebendo conteúdos, mas método de ensinos deve ser diferencial da língua oficial portuguesa que me considero como terceira língua do país, português utilizaria nos ministérios porque já se refece diplomacia porque são uns fatores que dificultam o aprendizado dos alunos em relação aos conteúdos.

Na Guiné – Bissau a institucionalização do ensino superior surgiu num contexto muito problemático até datas de concretização em 1970, de certa forma mostrou uma posição tão valiosa porque ofereceu formação superior que necessitamos tudo isso demonstra importante pela via de desenvolvimento pela necessidade populacional do país, reduziu um fluxo migratório em busca de formação do nível superior dos países exteriores do mundo, e ao mesmo tempo estimula o conhecimento ao indivíduo para resolver o problema do mundo inteiro, assim apontar os benefícios para sociedades em diferentes aéreas de atuação.

O estado deve tomar providencias para o descumprimento da que norteia funcionamentos da educação superior nas suas instalações do país, hoje em dia o ensino superior não é espaço comercial, mas os políticos “empresários” guineenses transformou esse ensino pelo campo de comercio porque quer enriquecer seus bolsos, não se preocupa com qualificação e valorização do título pela instancia superior caso do ministério da educação.

Em relação a nossa pesquisa dados mostram que os estudantes se deparam com enormes dificuldades nos seus momentos de aprendizagens falta de material de estudo, biblioteca, local de Xerox, infraestruturas não qualificadas para funcionamento as aulas, nesse âmbito levou a insatisfação ao nosso sistema, mas mesmo assim os estudantes esforçam para ser qualificadas dentro do sistema e percebemos que governo deveria descentralizar as escolas por diversas regiões do país assim diminuirá elevada taxa de analfabetismo.

Com tudo chegamos numa conclusão que é preciso uma reforma tão rápida no sistema de ensino guineense assim facilitaria qualidade de educar e salários dos professores devem ser aumentados tendo em conta seus currículos, a qual precisou também de adotar

ensino, pesquisa e extensão para comprovar conhecimentos de sala de aulas pelo professor através de pesquisa e seu retorno.

As escolas comunitárias poderiam estar inseridas em experiências de Gestão Social, nascidas por demandas da sociedade civil. Neste caso, mereceria um estudo mais aprofundado de sua concepção e formas de operacionalização. Da mesma maneira, muitas lacunas encontradas no ensino em Guiné-Bissau, destacadas nas falas dos entrevistados, poderiam ser estimuladas pela organização da sociedade civil. Sabe-se que em muitas realidades, existem bibliotecas comunitárias, rádios comunitárias e cursos de formação que são demandados pelas comunidades (muitas vezes localizadas em regiões rurais) em parceria com entidades não governamentais e universidades. Tudo isso, pautado por uma ideia de desenvolvimento que inclua a população, numa perspectiva territorial e sustentável.

Espera-se que esta geração de estudantes que estão se formando, em especial esses entrevistados que desejam retornar ao país para pensar em propostas de melhoria da educação, estejam atentos aos anseios das diversas etnias, ao mesmo tempo em que consigam lidar e combater as estruturas que enxergam a educação apenas como mercadoria a ser comercializada.

## 6.REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Manuel, (s/d, coord.). **AVALIAÇÃO DE TRÊS INTERVENÇÕES NO SECTOR EDUCAÇÃO NA GUINÉ- BISSAU (2000-2007)**. Março, 2008.

AUGEL, Moema Parente. Desafios de ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guneidade. In **estudos de sociologia**. Revista do programa de pós-graduação em sociologia da UFPE. v. 15, n. 2, jul. /dez. 2009. Recife: ed. universitária da UFPE, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/viewfile/154/83>> acesso em: 17 ago. 2017.

BARRETO, Augusto Gomes. **ESCOLAS COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: SENTIDOS, RELAÇÕES E MUDANÇAS**. Setembro, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6179>> acesso em: 17 ago. 2017.

CÁ, Virgínia José Baptista. **LÍNGUA E ENSINO EM CONTEXTO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL: O CASO DE GUINÉ-BISSAU**. BELO horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/bubd-9xck5w>> acesso em: 30. 09.2017

CASSIMIRO, Fernando. **O SECTOR DA EDUCAÇÃO**. In: didinho.org. Disponível em:<<http://www.didinho.org/arquivo/osectordaeducacao.html>>. Acesso em: 30.11.2015

CORREIA, Heldomiro HENRIQUE. **O PROJETO AFRICANIDADE E O CONTEXTO EDUCACIONAL NA GUINÉ-BISSAU**. João pessoa, 2013. Disponível em: <[Http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/5946?locale=pt\\_br](Http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/5946?locale=pt_br)>. Acesso em: 17 set. 2017.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. *Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: incoerências e discontinuidades*. 2005. 702 f. dissertação (doutor em ciências da educação), apresentada à universidade de Aveiro, Portugal.

FREITAS, Eduardo de. "Educação, base do desenvolvimento"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/educacao-base-desenvolvimento.htm>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. – 4.ed.- são Paulo: atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - são Paulo: atlas, 2008.

Huco Monteiro, Lucy Monteiro e Nhaga Cobna. **O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU - HISTORIAL DE UM PARTO DIFÍCIL**. 14 de julho de 2011. In: o raposa guineense. Disponível em: <<http://oraposaguineense.blogspot.com.br/2011/07/o-ensino-superior-na-guine-bissau.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DO PLANO E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009 – educação e a escolarização. Guiné-Bissau: irgph, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, CULTURA, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DOS DESPORTOS. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Guiné – Bissau, 2010.

MANÊ, Fodé. **INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR FUNCIONAM FORA DA LEI NA GUINÉ-BISSAU**. In: <[http://www.rtp.pt/rdpafrika/noticias-africa/mais-de-20-instituicoes-do-ensino-superior-funcionam-fora-da-lei-na-guine-bissau\\_3666](http://www.rtp.pt/rdpafrika/noticias-africa/mais-de-20-instituicoes-do-ensino-superior-funcionam-fora-da-lei-na-guine-bissau_3666)>. Acesso em 11.05.17.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

SANI, Q. OLIVEIRA, M. R. Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.33, p. 127 - 152 Jul./Dez. 2014.

SANHÁ, Alberto. **EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GUINÉ-BISSAU**. Disponível em: <<http://www.pucrs.bredipu/crs/cplp/arquivos/sanha.pdf>>. Acesso em: 11. 05.2017

SANHÁ, Cirilo. **DO ENSINO PÚBLICO AO ENSINO DE INICIATIVA COMUNITÁRIA**. In: universidade federal de santa Catarina centro de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em sociologia e política, Florianópolis, 2014.

SECCHI, Leonardo. **INTRODUÇÃO: PERCEBENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Florianópolis. 30 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://ufabcipp.files.wordpress.com/2013/11/digitalizar0010>> acesso em: 20. 09. 2017.

SEMEDO, Maria Odete da costa soares, revisitado a cooperação brasil/África face aos desafios dos novos tempos.in: **estudos de sociologia**. Revista do programa de pós-graduação em sociologia da UFPE, v. 15. n. 2, recife: ed. Universidade da UFPE 2009.disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/viewfile/154/83>> acesso em: 17 ago. 2017.

SUCUMA, Arnaldo. **ESTADO E ENSINO SUPERIOR DA GUINÉ-BISSAU**. 23. ed. UFPE, 2013. Recife: ed. Universidade da UFPE, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12451/122arnaldo%20sucuma%20-%20disserta%c3%a7ao%20completa%20-%20corrigida.pdf?sequence=1&isallowed=y>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SUCUMA, Arnaldo. **O PAPEL DO ESTADO BISSAU-GUINEENSE NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**. Disponível em: <[http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-arnaldo-sucuma\\_o-papel-do-estado-bissau-guineense](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-arnaldo-sucuma_o-papel-do-estado-bissau-guineense)>. Acesso em: 11. 05.2017.

## ANEXO 1

### Questionários de Campo

- 1) Em relação ao sistema educacional guineense. Quais são as dificuldades enfrentadas nas Universidades pelos estudantes?
- 2) Será que o sistema de ensino guineense é satisfatório.
  - a) Professores?
  - b) Estrutura?
  - c) Biblioteca.
- 3) Porque tão tardia a criação de ensino superior no país?
- 4) Será que existe um padrão de avaliação do sistema educacional guineense?
  - a) Não
  - b) Sim, por quê?
- 5) O que levou a alta taxa de analfabetismo no país?
- 6) Para combater o analfabetismo o que é preciso fazer?
- 7) Quais são os indicadores que esperaria na avaliação de ensino guineense?
- 8) Qual a política educacional a ser adotada a fim de se obter um bom funcionamento do sistema educacional?
- 9) O ensino superior na Guiné – Bissau apresenta uma única característica que é conhecida como ensino. Porque não pesquisa e extensão? Qual a dificuldade para se implantar essas outras modalidades?
- 10) Você acredita que a educação é via de desenvolvimento para Guiné – Bissau?
- 11) O que motivou a vir estudar no exterior?